

PET nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.141.057 - SP (2017/0181150-7)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
REQUERENTE : CASA DO FILHO DO PESCADOR
ADVOGADO : EDUARDO ALVES FERNANDEZ - SP186051
REQUERIDO : IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS
ADVOGADOS : ALDO DOS SANTOS PINTO - SP164096
RAFAEL CANCHERINI SCARCELLO - SP289905
ROBERTA RIMOLI MARTINS RIBEIRO - SP301188
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido de Questão de Ordem formulado por CASA DO FILHO DO PESCADOR (fls. 1.061-1.113, e-STJ), alegando que a necessidade de observância do decidido pelo STF nas ADIs 1.923/DF e 3.045/DF.

A embargante pugna pelo "(...) *recebimento e processamento do pedido de questão de ordem, a fim de que a ação seja extinção sem análise do mérito, em razão da ilegitimidade do Ministério Público para propor dissolução de pessoa jurídica que não receba auxílio e/ou subvenção do Poder Público, ou seja, verba pública, bem como, não se mantenha, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, sob pena de violação dos artigos 5º incisos XVII, XVIII e XIX e 127 da CF/88*".

É o **relatório**.

Decido.

Como se extrai do acima narrado, a parte embargante pretende, em última análise, que seja reformado o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que reconheceu a legitimidade ativa do Ministério Público para pedir a dissolução de associação que, apesar de detentora de grande patrimônio, não exerce atividade de acordo com suas finalidade institucionais.

A Quarta Turma manteve decisão monocrática que negou provimento ao Agravo em Recurso Especial interposto pela peticionante (fls. 765-770, e-STJ), uma vez que a alteração do entendimento do acórdão recorrido quanto à dissolução da associação para fins assistenciais, em razão de sua inatividade, demanda o reexame de fatos e provas, o que é vedado pela Súmula 7/STJ: "*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*".

Os Embargos de Divergência de fls. 891-942, e-STJ, foram rejeitados liminarmente (fls. 946-950, e-STJ), tendo em vista o óbice da

Súmula 315/STJ: "*Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial*".

Verifica-se, portanto, que o STJ não exarou decisão de mérito sobre a matéria, em virtude dos óbices processuais já mencionados. O eventual acolhimento do pedido da embargante implicaria indevido julgamento da questão de fundo. Em outras palavras, a Questão de Ordem suscitada configura, por via transversa, a reiteração da irresignação recursal da peticionante, já rechaçada por esta Corte Superior.

Diante do exposto, **indefiro o pedido formulado na petição de fls. 1.061-1.113, e-STJ.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator